

58 reunião: Dra. Margarida como representante da SQA/MMA, representantes do IBAMA, DNPM,  
59 CPRM, ANAMA, FEAM e FATMA, assim como Dra. Célia Poeta da Secretaria do Meio  
60 Ambiente/SP e o Dr. Oiti do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ressaltar-se-á para os  
61 convidados o tempo de exposição e que a expectativa é a demonstração da metodologia atual de  
62 trabalho e a metodologia ideal para integrar os procedimentos de outorga, licenciamentos  
63 ambiental e mineração. Dra. Leila colocou ainda que devemos trabalhar em 2 linhas: a primeira  
64 seria a extração de minério em leito de rio e a segunda a de uso de recursos hídricos no processo  
65 de mineração. Solicitou que voltássemos a discutir o Plano de Trabalho. O Plano de Trabalho  
66 seria composto por: Elaboração e análise de Proposta de Resolução de Critérios Gerais para a  
67 Integração dos Procedimentos de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, Licenciamento  
68 Ambiental e Administração da União sobre os Recursos Minerais; Proposta de Resolução de  
69 Critérios Gerais para Outorga de Uso de Recursos Hídricos em acumulações de água  
70 (reservatórios) e Proposta de critérios gerais para outorga de quantidade e qualidade de uso de  
71 Recursos Hídricos. Foi acordado que a Câmara Técnica de Outorga enviará um documento à  
72 Câmara Técnica do Plano Nacional, recomendando que se ressalte, ao nível do Plano Nacional,  
73 a importância da utilização das legislações de uso do solo como instrumento de proteção dos  
74 mananciais. Foi feita pausa para o almoço às 12:30h, retornou-se às 14:30h e reiniciou-se a  
75 reunião com a Dra. Leila colocando em pauta o cronograma de reuniões desta Câmara Técnica.  
76 Após discussões, ficou acordado o seguinte cronograma: dia 24/04/2001, reunião em Belo  
77 Horizonte; 15/05/2001 - Brasília; 19/06/2001 - Belo Horizonte (17 a 21 será o Fórum dos  
78 Comitês); 17/07/2001 - Brasília; 14/08/2001 - São Paulo e 24/09/2001 - Foz de Iguaçu. Passou-  
79 se a discussão da Proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre o Estatuto de Mineração e  
80 redefine a estrutura administrativa da União. Dra. Iude colocou que os artigos que interfaceiam  
81 com Recursos Hídricos são: Art. 6º, 22, 53, 55, 56, 94 inciso XII, 126, 139 e 152. Dra. Leila  
82 encaminhou propondo que cada um faça uma análise da Proposta de PL e na próxima reunião  
83 seja objeto de análise. Em seguida, passou a ler o Parecer Jurídico sobre a Proposta de Decreto  
84 que regulamenta a Lei nº 9.433, de 1997, e perguntou se todos receberam as Resoluções  
85 CONAMA 09 e 10. Dra. Isaura informou que o CONAMA instituiu um Grupo de Trabalho com  
86 o objetivo de rever estas normas, portanto esta Câmara Técnica deve entrar em contato com o  
87 Grupo de Trabalho para que as ações de análise do PL do ANM, a proposta de resolução desta  
88 CT e o trabalho do Grupo de Trabalho do CNRH sejam sincronizadas e se possível não se  
89 contraponham. Em seguida passou a ler a exposição de motivos para as sugestões à proposta de  
90 Decreto para regulamentação da Lei nº 9.433, de 1997. Foi solicitado que seja remetido, via e-  
91 mail, minuta final da Proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 9.433, de 1997, bem como a  
92 exposição de motivos e as sugestões para a proposta de PL da ANM. Dr. Roberto Monteiro  
93 colocou que, como a proposta de decreto estava em análise nas Câmaras Técnicas de Assuntos  
94 Legais e Institucionais e de Outorga, é necessário formalizar a posição desta Câmara Técnica,  
95 tendo em vista que quase 80% do texto do decreto trata de outorga, o que foi acatado por  
96 unanimidade. Dra. Isaura propôs que se crie um e-mail (Secretaria Executiva CNRH) para que  
97 todos tenham acesso e assim as informações possam circular mais facilmente. Foi acordado que  
98 até dia 14/03/2001 será remetido a todos os membros desta Câmara Técnica, a proposta de  
99 Decreto para que todos façam a análise até o dia 23/03/2001. Ficou acordado ainda que cada  
100 membro desta Câmara Técnica deverá encaminhar propostas para compor o Plano de Trabalho.  
101 Dra. Leila agradeceu a presença encerrando a reunião.

102  
103  
104  
105 Leila de Carvalho Gomes  
106 Presidente

Diane Mara Ferreira V. Rangel  
Relatora

**ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.**

**DATA:** 13/03/2001      **Início:** 09:55 hs      **Término:** 17:30 hs

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roalmon@ig.com.br)  
Ministério dos Transportes - Representante: Guilherme de Lima Paes (Fone: 3158152)  
ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)  
Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima  
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)  
Setor hidroviário – ABANI: Ausência justificada  
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

**CONVIDADOS:**

Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@terra.com.br)  
Decio Michellis Júnior (michellis@zaz.com.br)  
Antonio de Pádua Loures Pereira (apadua@linkexpress.com.br)  
Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmenesez@taba.com.br)  
Décio Michellis Júnior (rela@zaz.com.br)  
Isaura M. V. Pinho (isaura@cverd.com.br)  
Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)  
Maria Luíza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)  
Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cverd.com.br)  
Agostinho F. Sobreiro Neto (afneto@cverd.com.br)  
Vinicius Forain Rocha (vforain@ons.org.br)  
Maria Salete Cobalchini (msalete@pontoweb.com.br)

**RELATORA:**

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel (diane.rangel@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Dra. Leila iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, iniciou a pauta com a análise das atas da 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª reuniões, as quais foram aprovadas. Ficou acordado que na próxima reunião serão analisados as atas 9ª e a desta reunião. Em seguida, colocou-se em pauta o Programa e Cronograma de trabalho. Foi considerado como ponto inicial a integração dos procedimentos de outorga e licenças relativa à extração de minérios. Dra. Leila colocou a importância de se ter uma apresentação sobre a questão de mineração, do ponto de vista legal. Dra. Isaura colocou a importância de se discutir o projeto de lei de reestruturação do setor de Mineração, transformando o DNPM em Agência Nacional de Mineração e o CPRM em Serviço Geológico do Brasil. Dra. Isaura sugeriu que a Dra. Iude, que já fez uma análise do projeto de Lei, fizesse uma explanação. Dra. Iude colocou que essa Proposta de Projeto de Lei não trata de recursos hídricos, a não ser tópicos relativos a rede hidrometeorológica que será operada pelo Serviço Geológico do Brasil. Dra. Iude colocou que a Proposta especifica a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em relação ao Direito Minerário. Dr. Pádua colocou que, segundo a Proposta de PL, a rede hidrometeorológica será operada pelo Serviço Geológico do Brasil e coordenado pela ANA. Dra. Isaura colocou que nos jornais foi noticiado que a Rede Nacional seria terceirizada e operada por uma empresa norueguesa, o que está sendo muito polêmico, por tratar-se de informações estratégicas. Colocou ainda que esteve reunida com mineradores e levantou-se temas que deverão ser incluídos em uma resolução que trate de outorga e mineração. Preparou um documento listando os temas (Anexo II). Dra. Isaura colocou a necessidade de se estabelecer uma linha de trabalho. Dra. Leila colocou que poderíamos convidar para a próxima